

-----ATA N.º 08-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013-----

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro de 2013, pelas 18.30 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09.-----

-----**2.º Ponto** – Discussão e votação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa e Mapa de Pessoal para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09 - Autorização prévia – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

-----**3.º Ponto** – Discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º da lei 75/2013 de 12.09.-----

-----**4.º Ponto** – Discussão e votação da proposta de alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.-----

-----**5.º Ponto** – Emissão de autorização genérica para a Câmara Municipal de Torres Vedras afetar parcelas ou áreas de terreno ao domínio público municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12/09.-----

-----**6.º Ponto** – Deliberar sobre a afetação de parcelas de terreno ao domínio público municipal, em cumprimento da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

-----**7.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual – Empreitada de Requalificação Urbana no âmbito do Programa Polis – Processo n.º 202/E/CP/2011, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro.-----

-----**8.º Ponto** – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º D do Decreto- Lei 17/2009 de 14.01.-----

-----**9.º Ponto** – Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 157 do Decreto- Lei 201/2005 de 24.11.-----

-----**10.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei

75/2013 de 12.09.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar:-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Jacinto António Franco Leandro, Rita João de Maya Gomes Sammer, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, Marco Henriques Claudino, Francisco João da Fonseca Inácio, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Ana Isabel Marques Fiéis, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Vítor José dos Santos Fernandes, Renata Filipa dos Santos Romão Nunes Simões, João Alexandre Pires Bernardes, Paulo Dinis Faustino Valentim, Secundino Campos Oliveira, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Artur Alexandre Santos Narciso. -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Hugo Miguel Fernandes Martins, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano.-----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES: -----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que a acta n.º 5 de 5 de setembro e n.º 6 de 10 de outubro do corrente ano que foram previamente distribuídas por todos os membros, se encontravam na mesa para eventuais correcções.-----

-----A Assembleia aprovou por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O 1.º Secretário *António Fortunato* começou por agradecer a todos os que o rodearam aquando do falecimento de sua mãe.-----

-----Leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados 3 documentos que a seguir se indicam: -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----E-mail de Maria Leonor Marques Marinheiro, de 16 de Dezembro, a informar que por motivos académicos se encontra em estância docente, na instituição ISCE, como orientadora de teses de mestrado, neste dia às 18h30H, pelo que solicita a justificação da sua falta e a devida substituição.---

-----Foi convocado e encontrava-se presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

JUSTIFICACÕES DE FALTA:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Carta de Jacinto António Franco Leandro, de 29.11.2013 a solicitar que lhe seja justificada a falta à reunião de 20 de novembro, por compromissos previamente assumidos.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, de 21 de novembro, a justificar a falta do seu presidente de junta João Tomaz à sessão de 20 de Novembro, em virtude de ser a reunião pública desta freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* deu nota do pedido de agendamento que recebeu por parte da Câmara Municipal, que nos termos do n.º 2 do art.º 50.º da Lei 75/2013 de 12.09 colocou à consideração da Assembleia Municipal, tendo obtido a anuência de todos os presentes-----

-----Assim, informou que o assunto: Programa Reabilitar para Arrendar - Mais Boavista e Equipamentos Coletivos no Centro Histórico de Torres Vedras – minuta de contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/13 de 12.09, seria discutido a seguir ao ponto 7.-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NELSON MANDELA:-----

-----Foi dada a palavra à *Sra. Teresa Oliveira*, que passou a ler o voto de pesar que a seguir se transcreve:-----

-----“ Nelson Mandela morreu no dia 5 de Dezembro, aos 95 anos.-----

-----Símbolo da heróica luta do povo sul-africano, desde cedo se identificou com as aspirações de liberdade e justiça do seu povo, integrando plenamente a luta contra o odioso regime do apartheid na África do Sul.-----

-----Esta luta pela liberdade e justiça levou-o integrar a “lista de terroristas” elaborada pelo Departamento de Estado dos EUA e a 28 anos de prisão, só sendo libertado graças à luta heróica e vitoriosa do seu povo e à solidariedade ativa das forças progressistas de todo o mundo.-----

-----A sua vida não se reduziu a um simples “humanista” e “conciliador” como alguns nos querem fazer crer, talvez para implorarem que lhes venham a ser perdoados pelos crimes que estão a

cometer hoje.-----

----A sua memória perdurará para sempre entre os explorados e oprimidos de todo o mundo que, na exaltante história da sua vida de coragem e de amor ao povo, encontrarão redobrados motivos de confiança na possibilidade de, com a sua luta persistente e organizada, derrotar mesmo os inimigos mais poderosos e cruéis, como foi o regime do apartheid.-----

----Esta memória é a bandeira para uma luta que continua e continuará até à completa abolição da exploração do homem pelo homem.-----

----A ser aprovado deverá ser enviado à Embaixada da República da África do Sul -----

----A bancada Municipal do PCP da Assembleia Municipal de Torres Vedras.”-----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto de pesar em título.-----

MOÇÃO SOBRE A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE JUSTIÇA NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

----Teve a palavra o *Sr. João Bernardes* para ler a seguinte moção:-----

----“ O ataque aos serviços públicos tem sido uma constante ao longo dos últimos anos, sentindo-se as suas consequências com grande profundidade no nosso concelho. Falamos do fecho de escolas, do desmembramento do Instituto da Vinha e do Vinho, da falta de médicos nos Centros de Saúde das freguesias, da destruição e desmantelamento da Maternidade e do Hospital, da extinção de freguesias e, mais recentemente, na área da Justiça.-----

----As medidas em curso na Justiça dela afastarão ainda mais os trabalhadores e os cidadãos torreenses, desprotegendo ainda mais os já mais fragilizados. O acesso à Justiça será mais caro e mais difícil.-----

----As medidas perspetivadas apontam no sentido da transferência do Tribunal do Trabalho de Torres Vedras para o Cadaval. Sendo este um concelho com muito menor atividade económica do que Torres Vedras, o resultado, a confirmar-se esta deslocação, será o afastar de uma parte substancial dos litígios laborais do Tribunal, prejudicando a defesa da parte mais fraca, ou seja, os trabalhadores.-----

----Quanto ao Tribunal Judicial de Torres Vedras, do que se conhece, pretende-se:-----

----Passar a competência de Círculo (ações cíveis ou criminais com intervenção do coletivo de Juízes) para a comarca de Loures, encarecendo, nomeadamente devido a deslocações de partes ou profissionais, o acesso à justiça, parecendo igualmente existir a intenção de afastar uma parte substancial de litígios dos Tribunais.-----

----Passar para a comarca de Vila Franca de Xira a competência referente a falências e insolvências, com os prejuízos já referidos nos pontos anteriores.-----

----A criação de um juízo de competência especializada de família e menores, sem se cuidar minimamente da criação das condições logísticas e humanas para tal, numa situação atual que

registra já uma manifesta insuficiência de espaços físicos para julgamentos e outros procedimentos e de funcionário judiciais, grave num Tribunal que tem 3 Juízos/Secções, tendo cada uma pendentes cerca de 5000 processos judiciais.-----

----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 19 de Dezembro de 2013, decide:--

----Reafirmar o princípio do acesso à Justiça em condições de igualdade para todos os cidadãos, independentemente das suas condições económicas.-----

----Reafirmar a necessidade de condições de trabalho para todos os profissionais e utentes dos serviços de Justiça no concelho, incluindo o reforço dos recursos humanos disponíveis.-----

----Afirmar, perante o Governo e a Assembleia da República, a defesa dos serviços públicos de Justiça no concelho, nomeadamente o Tribunal do Trabalho e as competências hoje atribuídas ao Tribunal Judicial de Torres Vedras.-----

----Afirmar, perante o Governo e a Assembleia da República, a recusa e o repúdio pela eventual perda de serviços e competências acima referidos, não por qualquer razão “regionalista” ou “bairrista” mas porque são importantes para um mais fácil e justo acesso à justiça por parte dos trabalhadores e todos os cidadãos do concelho de Torres Vedras.-----

----A presente moção, a ser aprovada, deverá ser remetida a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.-----

----A Bancada Municipal do PCP da Assembleia Municipal de Torres Vedras.”-----

----Quanto ao teor da moção o **Sr. Presidente da Câmara** chamou a atenção que estão a misturar justiça com educação e com o IVV, que não vem ao caso, pois em Torres Vedras localiza-se a Comissão Vitivinícola Nacional de Lisboa, por isso nem sequer de uma deslocalização estão a falar.-

----Que a Câmara Municipal saiba não há nenhuma escola secundária que o governo tenha fechado no concelho de Torres Vedras. Foram encerradas escolas primárias e por exclusiva responsabilidade da autarquia em sintonia com o Ministério de Educação.-----

----Estão todos de acordo com a moção numa parte, mas certamente que não estão todos de acordo numa 1.ª parte que é supérflua.-----

----Acrescentou que foi uma das pessoas que participou numa discussão pública do documento “Reforma da Justiça”, mas nunca obteve resposta.-----

----Acha que o que se pretende fazer é o fim da advocacia em pequenos centros, na prespetiva daquilo que ainda funciona razoavelmente e que funcionará pessimamente.-----

----Também disse achar estranho que os advogados em Torres Vedras não se tenham manifestado e chamou a atenção que há um afastamento muito grande das pessoas diretamente ligadas ao tribunal, ao futuro do Tribunal de Torres Vedras e ao futuro da Rede Judiciária de Torres Vedras.-----

----Pedi a palavra o **Sr. João Bernardes** para indicar que o Grupo Municipal do PCP retira da moção no 1.º parágrafo “ fecho de escolas, do desmembramento do Instituto do Vinho e da Vinha” e

no ponto 4 “ e o repúdio”.

----A **Sra. Rita Sammer** disse que o preâmbulo à semelhança do que o edil alertou, é uma referência que enferma de alguma discordância com o teor da moção. Assim o PSD gostava de votar favoravelmente mas sugeria que o teor deste preâmbulo fosse totalmente retirado porque é discordante.

----A moção é sobre justiça, e parece-lhes relativamente consensual não fazer referências avulsas a outros assuntos que poderão obviamente ser objeto de moções distintas e fundamentadas.

----De novo no uso da palavra o **Sr. João Bernardes** explicou que retiraram aquele trecho do texto, porque lhes fazia algum sentido com a explicação que foi dada pelo edil.

----No entanto o que está em causa não é propriamente uma crítica, é um enquadramento, dizendo que para além disto há o problema da justiça. Não é intenção do Grupo Municipal do PCP fazer mais alterações.

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** fez notar que não a considera descabida a alusão às questões da saúde pois a prestação de serviços de saúde no âmbito do SNS é algo que todos devem reivindicar com atenção e em permanência.

----Assinalou que as transformações que ocorreram do ponto de vista institucional com a integração do Hospital de Torres Vedras no Centro Hospitalar do Oeste, não os devem deixar completamente tranquilos, pois não estão suficientemente explicadas e muito menos consolidadas nos serviços que aquela estrutura lhes cumpre prestar. A alusão à falta de médicos nos cuidados primários de saúde também é uma questão preocupante.

----A **Sra. Rita Sammer** reconheceu o esforço do interlocutor anterior, mas a sua intervenção dificilmente dota de pertinência a mistura de dois assuntos absolutamente distintos numa moção cujo objeto está muito bem identificado e que é a justiça.

----A líder do Grupo Municipal do PCP, **Sra. Teresa Oliveira** declarou que alteraram a moção dentro do que acharam razoável e pertinente e não vão fazer mais alterações. Resulta do enquadramento, e acha que se pode proceder à votação.

----Concluídas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação a moção em título, com as alterações introduzidas pelo membro João Bernardes:

----A Assembleia Municipal, aprovou, por maioria de 32 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções a moção sobre a degradação dos serviços públicos de justiça no concelho de Torres Vedras.

HOMENAGEM A MANDELA:

----Pedi a palavra o **Sr. Jacinto Leandro** para ler o documento, que a seguir se transcreve:-----

----“Falecido no passado dia 5 de Dezembro, MANDELA foi sepultado dez dias depois de milhões de homenagens e tributos institucionais e individuais um pouco por todo o mundo.

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, hoje e aqui neste Salão Nobre dos Paços do Concelho, presta também a sua homenagem àquele que, enquanto político foi um verdadeiro servidor do seu povo; àquele cuja superior bondade racional e lúcida, em vez da vingança, levou ao fim do regime racista do “apartheid”; àquele que, cumprindo o prometido, se afastou da governação terminando o primeiro e único mandato que, aliás, havia ganho com votação esmagadora e histórica.-----

-----Que a nossa homenagem então se manifeste com um sentido e sonoro aplauso.-----

-----VIVA MANDELA.”-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a homenagem em epígrafe.-----

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR:-----

-----O *Sr. Paulo Valentim* saudou a Câmara Municipal por promover as atividades em título por mais um ano letivo, que muito ajudam o desenvolvimento de todas as crianças que frequentam as escolas de 1.º ciclo do concelho, mesmo tendo em dívida perto de €780.000,00 por parte do Ministério de Educação, sendo algum desse valor referente ao ano de 2011.-----

-----Teve conhecimento que os professores de atividade física e desportiva, que lecionam na FISICA têm retribuições em atraso há alguns meses. Sendo a autarquia a entidade promotora, questionou se tem conhecimento desta situação e se os pagamentos estão em dia.-----

-----Lembrou que muitos desses professores andam de escola em escola prestar este serviço, tendo por isso muitas despesas associadas, que sem retribuições se tornam insuportáveis.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a FISICA tem sido e continua a ser um parceiro fundamental para o bom desenvolvimento das AECs e não têm qualquer pagamento em atraso, estando estas atividades pagas até ao final do corrente mês de dezembro.-----

-----Assim, a ser verdade, não é por falta de pagamento por parte da autarquia, que a FISICA tem vencimentos em atraso a estes prestadores de serviços e se assim for é de lamentar, pois o mínimo que se pode fazer a quem trabalha é remunerar o seu trabalho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA MUNICIPAL 1069:-----

-----O *Sr. Joaquim Gomes* alertou que a estrada municipal 1069 que vai da Serra da Vila a Ribeira de Pedrulhos está em péssimo estado e necessita de arranjos. Trata-se de uma via onde já circulam muitos veículos e há bastante tempo que não sofre melhoramentos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou que esta não é das vias que os preocupa mais, porque passa pouco trânsito, e existem muitas no concelho com muito tráfego e piores condições.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PORTELA DA VILA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA:-----

-----O *Sr. Joaquim Gomes* lembrou que na última sessão falou no caso dos postes no Ameal em

propriedade privada, e não tendo ficado esclarecido questionou se a responsabilidade da colocação dos postes é da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* assinalou que a responsabilidade é da Câmara Municipal, embora a requisição à EDP seja feita a pedido a junta de freguesia. Mais tarde verificaram que houve um equívoco da junta e já pediram a remoção dessa ligação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO NO CONCELHO DE UM MUSEU ETNOGRÁFICO: -----

-----O *Sr. Joaquim Gomes* disse que trazia uma recomendação para a criação de um museu etnográfico uma vez que o concelho de Torres Vedras foi e ainda é bastante rural e não existe nada que represente os factos dessa realidade de há 50 ou 100 anos atrás.-----

-----Os utensílios e os objetos que outrora se usavam estão quase extintos e não existe um sítio que os preserve. O passado embora não pareça é quase tão importante como o futuro.-----

-----Deu nota ainda que existe um cidadão na Freguesia do Ramalhal que tem um espólio etnográfico bastante grande, que está disposto a ceder para este efeitos. Pensa que é pena não se aproveitar este espólio, pois no concelho não há nada desse nível.-----

-----Recomendação:-----

-----“O concelho de Torres Vedras tem as suas raízes e a sua história intimamente ligadas à ruralidade, ao trabalho no campo e às profissões, costumes e tradições a ela associadas. Ainda hoje, apesar das alterações sociais e económicas e ao desenvolvimento que o concelho teve, Torres Vedras é marcadamente rural.-----

-----As profissões, o modo de vida, os utensílios ou as roupas deixaram-nos um património muito vasto e de enorme riqueza histórica, etnográfica e cultural, que importa preservar, em mãos públicas, antes que o correr dos anos os faça desaparecer e, com eles, a nossa memória.-----

-----Assim, recomendamos e propomos à Câmara Municipal que estude as condições e os requisitos necessários para a criação no concelho de um Museu Etnográfico. Mais propomos que para esse Museu se possa procurar um espaço enquadrado numa linha de diversificação da oferta cultural e de interesse turístico pelas freguesias do concelho e não apenas na cidade.-----

-----Bancada do PCP na Assembleia Municipal de Torres Vedras.”-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que conhecia um museu etnográfico pequeno, em Campelos de gestão privada de uma associação, pelo que não é verdade dizer que não têm nenhum no concelho. Podem dizer que gostavam de ter um maior, um melhor.-----

-----Disse também que registava a sugestão, embora não conste do programa eleitoral do PS um Museu Etnográfico e foi este partido que ganhou as eleições.-----

-----Se consta do programa eleitoral do PCP, o membro terá que se esforçar para ter mais votos.-----

-----De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação a recomendação em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal reprovou a recomendação com 4 votos a favor, 10 abstenções e 22 votos contra.-----

ESTACIONAMENTO NA CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

-----Atento o facto de a Câmara Municipal ir por em prática o novo sistema de estacionamento o membro *João Bastos* colocou as seguintes questões:-----

-----Se a Câmara Municipal está a pensar fazer ou não descontos nas compras do comércio tradicional, se sim como é que irá ser operacionalizado esse desconto no estacionamento.-----

-----Se as coimas do estacionamento podem ser inicialmente mais baratas, 5€ ou 10€ para a pessoa mais facilmente ir pagar do que logo levar com uma coima de 30 €, o que irá fazer diferença à maior parte das pessoas.-----

-----Se a autarquia está em negociações com a Barraqueiro, para estudar a possibilidade de terem alguns autocarros para Lisboa a partir do Parque Regional, disponibilizando aí estacionamento gratuito para as pessoas no sentido de libertar a Av. General Humberto Delgado, a envolvente do Terminal Rodoviário e todo o percurso do autocarro para Lisboa.-----

-----Disse que estavam disponíveis para formar uma comissão, que teria mais força se integrasse todas as forças partidárias, para falar com a Barraqueiro, no sentido de operacionalizar este entendimento.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o sistema de estacionamento vai ser gerido pela Promotorres, a quem cabe as decisões e deu nota que pretendem fazer uma campanha com os comerciantes de descontos de 50% na primeira hora, e deste modo quando o sistema entrar em vigor, que a Promotorres possa distribuir aos que aderirem, módulos de pagamento da primeira hora. Na proposta aprovada na Câmara Municipal a 1.ª hora custa 30 cêntimos e ficará em 15 cêntimos.---

-----Quanto às coimas, a Promotorres tem em mente e o sistema permite na sua gestão pontual, que haja primeiro um aviso, à segunda vez haja um convite ao pagamento voluntário de uma coima reduzida e à terceira ter a coima por inteiro.-----

-----Quanto ao Terminal Rodoviário, estão em conversações com a Barraqueiro, firma com a qual sempre tiverem excelentes relações e tudo aponta para que cheguem a um entendimento.-----

-----A Assembleia Municipal será a primeira a saber se houver algum diferendo impossível de ultrapassar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOMENDAÇÃO:-----

-----A *Sra. Rita Sammer* disse que tinha uma recomendação a fazer à Câmara Municipal que entregou na mesa e se transcreve de seguida:-----

-----“O Grupo Municipal do PSD recomenda ao Executivo Municipal que dote as instalações do salão Nobre dos Paços do Concelho de um sistema de acesso à Internet sem fios (wifi). A instalação

deste sistema facilitaria a generalização de utilização de meios informáticos dos documentos de apoio às reuniões e previsível diminuição do uso de papel.-----

-----Torres Vedras, 19 de Dezembro 2013.”-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse tratar-se de uma questão técnica que se pode e deve resolver.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a recomendação em título.-----

FAX DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD AO MINISTRO DA SAÚDE:-----

-----A *Sra. Rita Sammer* deu nota de um fax que o Grupo Municipal do PSD fez chegar ao Sr. Ministro da Saúde, onde se declara tornar públicas as exigências que constam no mesmo.-----

-----“ Tendo presente que a defesa das boas condições de prestação de cuidados de saúde públicas em Torres Vedras e no Oeste em particular é um imperativo e um desígnio atendendo às condições particulares do nosso concelho e do nosso território e das pessoas que o procuram ou nele vivem.-----

-----Tendo presente que a Constituição da Republica Portuguesa especifica no seu artigo 64.º que todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover e que o PSD Torres Vedras sempre defendeu a protecção da saúde e que conscientes da necessidade de alterar o antigo modelo de saúde no Oeste, face aos resultados demonstrados pelo Centro Hospitalar Oeste/Norte e Centro Hospitalar de Torres Vedras, estivemos ao lado do Governo na fusão e criação do Centro Hospitalar do Oeste .-----

-----Considerando que a criação do Centro Hospitalar do Oeste foi por nós defendida numa lógica de racionalização da prestação de cuidado de saúde, visando a integração das Unidades Hospitalares, mas cumprindo e garantindo sempre a qualidade dos cuidados de saúde prestados.-----

-----Considerando que a própria portaria de criação do Centro Hospitalar do Oeste, datada de 12 de Setembro de 2012, defende a adoção de medidas mais aprofundadas de reorganização hospitalar que permitam uma maior rentabilidade e eficiência na prestação de cuidados de saúde à população e, no médio prazo, permitam melhorar a sustentabilidade financeira do Serviço Nacional de Saúde.-----

-----Considerando que o estudo que serviu de base à criação do Centro Hospitalar do Oeste, previa numa segunda fase a transformação do Centro Hospitalar do Oeste em Entidade Pública Empresarial, algo que o PSD de Torres Vedras sempre defendeu uma vez que só com esta medida será possível efectuar um conjunto de medidas estruturantes especialmente na óptica da gestão e defesa dos recursos humanos do Centro Hospitalar.-----

-----Considerando as ultimas notícias sobre o Centro Hospitalar do Oeste que têm vindo a público e que nos parecem pouco consentâneas com o anteriormente enunciado vem o PSD de Torres Vedras manifestar junto do governo português e tornando públicas as seguintes exigências:-----

-----Defender a rápida transformação do Centro Hospitalar do Oeste em Entidade Pública Empresarial, garantindo desta forma a defesa dos Recursos Humanos do Centro Hospitalar do Oeste

e a qualidade dos serviços de saúde pública prestados.-----

----Defender a manutenção de um Serviço de Urgência Médico Cirúrgica a funcionar 24 horas por dia, conforme decisão já tomada anteriormente.-----

----Defender a melhoria das condições de atendimento ao nível dos Cuidados Primários de Saúde, quer do ponto de vista da estrutura física, quer das valências de atendimento.-----

----Em nome da segurança e qualidade de vida das gentes da nossa terra e dos que nos escolhem como destino, o PSD de Torres Vedras reafirma o compromisso de pugnar pela defesa firme do Centro Hospitalar do Oeste.-----

----Desta forma solicitamos a V. Exa. uma reunião com carácter de urgência para podermos transmitir as nossas preocupações bem como poder tomar conhecimento da estratégia a definir.-----

----Certo da melhor atenção, apresento os melhores cumprimentos,-----

----O Coordenador do Grupo Municipal do PSD na AM de Torres Vedras.-----

----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes”-----

----Sobre esta diligência com o Ministro da Saúde o *Sr. Presidente da Câmara* disse esperar que sejam mais felizes que os doze municípios do Oeste, que desde maio de 2012 aguardam uma reunião e reiteradamente enviam ofícios a pedir que a mesma se concretize.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Teve início o Período da Ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS PARA 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09.-----

----Presente ofício número 12904, da Câmara Municipal de 6 de dezembro, a remeter CD com o documento em título, conforme deliberado, por maioria, pelo Executivo em reunião realizada em 3 do mesmo mês.-----

----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que se trata do orçamento mais reduzido que ele apresentou em Câmara e em Assembleia Municipal. Não há muito tempo tinham orçamentos de €60.000.000,00 e este é de €44.106.000,00 que em relação ao ano transato apresenta menos 7,4% de receita.-----

----Lembrou que a receita é calculada por uma regra legal, ou seja a média dos últimos dois anos.---

----Já ouviu apelidar o orçamento para 2014 de “orçamento de fim de ciclo”, reportando-se muito provavelmente a facto de estarem no fim do QREN, mas essa não é a sua opinião porque ao contrário das expetativas de muitos, este é o orçamento do Pólis e dos Centros Educativos de Campelos e Ponte do Rol.-----

----Assim, esta coragem e esta possibilidade de incluir as obras como as do Pólis, superiores a €5 milhões, e duas escolas que no seu conjunto representam cerca de €5 milhões, traduz que é um

orçamento, não de crise mas de quem está na força de um QREN.-----

-----É um orçamento de continuação de um ciclo de construção de infraestruturas que são determinantes não só para a cidade, mas também para o concelho e só se consegue alcançar em circunstâncias muito especiais e com muita preparação prévia.-----

-----Apresenta uma redução com as despesas de pessoal em cerca de 1,4%, continua a ter receita corrente a financiar despesas de capital o que é um bom princípio e mantém o mesmo volume de transferências de verbas para as juntas de freguesia, por isso mantém o nível de parceria que lhe apraz registar.-----

-----Não sendo um orçamento de transição, é o orçamento do Pólis e das escolas de Campelos e Ponte do Rol, o que quer dizer que votar favoravelmente é votar favoravelmente estas obras.-----

-----Na sequência do que referiu o edil, o **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que o Grupo Municipal do PS considera positivo os instrumentos de gestão apresentados para 2014.-----

-----Se é certo que de 2013 a 2014 se verifica uma redução de 7,4%, a mesma tem sido uma constante numa linha de coerência que têm escalpelizado ao longo dos anos, e se verificarem 2011 até 2014 a redução é de 28%, ou seja corresponde a 72% do orçamento de 2011 e foi feita numa linha de contenção, racionalização, uma linha coerente com os tempos que têm vivido.-----

-----No entanto não deixam de ser feitas obras e nesse contexto não é um orçamento de gestão, sendo gratificante encarecer o início do projeto Pólis, tão ambicionado e ainda mantendo a indicação saudável de terem receitas correntes a financiar despesas de capital.-----

-----Assim, à luz da realidade que vivem, reafirmou que se trata de um orçamento meritório, coerente relativamente aos anos anteriores, e os esforços que presidiram à sua elaboração são evidentes, mas não impede que o cunho de promoção de obras necessárias se mantenha.-----

-----O **Sr. João Bernardes** assinalou que a bancada do PCP irá votar contra, nomeadamente no que concerne às Grandes Opções do Plano, pois discordam das opções políticas e das prioridades do PS para o município.-----

-----A avaliar pelas previsões da despesa, são quatro as grandes prioridades referindo a construção de novas escolas de 1.º ciclo na Ponte do Rol e nos Campelos, com as quais estão de acordo, mas lamentam que continue a haver crianças a terem aulas em contentores e noutras instalações que não foram construídas para o seu desenvolvimento intelectual, cultural e humano, bem como continua o projeto de fecho de escolas existentes em aldeias.-----

-----Parece-lhes que será o 16.º relvado sintético a ser construído no concelho num total de €546.000, 00 que é muito dinheiro para pouco planeamento sobre as necessidades destes campos. Há mais do que um relvado por freguesia, ou relvados em freguesias ou associações com muitas dificuldades orgânicas e financeiras, muitas vezes agravados nos atrasos dos apoios financeiros que esperavam.-----

-----Consideram que os relvados podem servir eventualmente para se ganhar as eleições, mas são um desperdício de dinheiros públicos, que poderiam ser aplicados noutros equipamentos. Daqui a poucos anos atinge-se o prazo de validade dos primeiros relvados e verão qual será o futuro e os gastos exigidos, então, para a sua conservação ou substituição.-----

-----Relativamente ao Programa Pólis, consideram que a recuperação do Choupal é uma urgência, dando nota que existiram 40 projetos integrados neste programa, dos quais 5 não foram concluídos e Torres Vedras e Funchal não foram sequer iniciados.-----

-----Gostariam de saber quem é responsável pois perderam-se 7 milhões de euros e agora a autarquia vai ter que utilizar verbas do seu orçamento, que poderia utilizar noutras funções.-----

-----Aludiu à questão do estacionamento e parquímetros e à verba de €816 406,00 a gastar em 2014 para cobrir toda a cidade para dizer que não vai ser resolvido nenhum problema de mobilidade, estacionamento ou comércio local. O que mudará são mais custos que os torrienses terão, até porque os transportes públicos existentes não são grande alternativa, e interrogam-se se a Câmara terá resultados positivos. -----

-----Por fim, aludiu ao investimento que vai ser feito na Pista de Atletismo do Paúl, o qual espera que seja realidade.-----

-----Concluiu dizendo que discordam das prioridades do PS, defendem investimentos em jardins e equipamentos nas freguesias, dinamização das coletividades tanto no desporto como na cultura, com um eixo integrado de apoio à sua formação e desenvolvimento, à diversificação cultural nas freguesias, a rápida conclusão do saneamento no concelho e investimento no turismo, quer no litoral quer no interior que beneficie quem visite e sobretudo quem cá vive.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para solicitar ao membro João Bernardes que especificasse como se perderam 7 milhões de euros do Pólis.-----

-----O *Sr. João Bernardes* disse que lhe parecia que era esse o valor do projeto.-----

-----**Nesta altura, o Sr. Presidente da Mesa anunciou que fariam uma pausa nos trabalhos para uma pequena refeição, tendo os mesmos sido retomados pelas 20.45H.**-----

-----Ao retomar os trabalhos pediu novamente a palavra o *Sr. João Bernardes* para esclarecer que não são 7 milhões de euros, mas 5 milhões de euros que corresponde à participação do estado.-----

-----De seguida o líder do Grupo Municipal do PSD, *Sr. Luís Carlos Lopes* começou por aludir à informação que o edil forneceu sobre as dívidas do Ministério da Educação à autarquia para dar nota que indagou sobre este assunto junto do Ministro da Educação, pois acha intolerável esta situação e primeiro é torriense.-----

-----Relativamente ao documento em análise disse que o PS tem toda a legitimidade em defender o orçamento para 2014.-----

-----Este é o orçamento do PS mas se fosse do PSD seria diferente, não sabe se pior se melhor e

como tal a posição do seu grupo municipal no final tem a ver com isso.-----

----Independentemente do que está orçamentado sabem que o valor do IMI não é a realidade e vai ser superior, pelo que gostaria de saber quais são as previsões uma vez que os serviços já têm uma ideia. Esta receita está a crescer e como tal está subavaliada.-----

----Especificou que mais uma vez o orçamento na receita incluiu o montante de cerca de €950.000,00 correspondente à venda de bens de investimento, reserva que os Revisores Oficiais de Contas fazem, uma vez que tal orçamento não está de acordo com o objetivo de equilíbrio orçamental. É uma receita virtual e é cosmética contabilística pois nunca foi utilizado e não se justifica que apareça.-----

----Deu nota da existência de uma diferença de cerca de €1.500.000,00 entre o previsto de dívida de médio/longo prazo em 1 de janeiro de 2014 e fim de 2014, amortização que poderia ser mais acentuada mas que consideram um fator interessante.-----

----Disse ter pena que a Câmara Municipal não faça como os SMAS, uma nota introdutória com o enquadramento, o que já vem assinalando há vários anos.-----

----Anotou que estando o Pólis consignado o PSD não vai falar mais deste assunto, querem que seja realizado, mas sabe que na última reunião do Executivo foi dito que haveria uma forma de haver um financiamento, a fundo perdido, que gostaria que o edil esclarecesse.-----

----Por último, reportando-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara na CimOeste, onde referiu o seu pesar por haver no QREN tão poucas verbas para as escolas, questionou se já tinha alguma informação adicional sobre este assunto, e se terão mesmo verba para as duas escolas.-----

----Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----

----Embora o PSD não queira falar do Pólis, acha que está no momento próprio para o fazer, porque os orçamentos têm um cunho político e este é o orçamento do Pólis e das duas escolas, pelo que, se for chumbado não terão Pólis nem escolas.-----

----Esclareceu que o contrato programa assinado sobre o Pólis era de €5.000.000,00 dos quais a autarquia recebeu €2.500.000,00, tendo utilizado cerca de €2.400.000,00 que investiu na aquisição de terrenos, em indemnizações e nos projetos. -----

----Foi quando quiseram adjudicar a obra que souberam que o governo não tinha condições para continuar com o contrato, revogando o mesmo.-----

----Independentemente de quem foram as culpas, os contratos do programa Pólis obrigavam à elaboração de um Plano de Pormenor que demora cerca de 6 a 8 anos e este não foi exceção. Se o município perdeu alguma coisa foi €2.500.000,00 que não vieram do governo.-----

----Deu nota que também já ouviu dizer que a Câmara faz relvados para ganhar eleições mas esse nunca foi o seu propósito, mas antes dotar as associações com melhores espaços desportivos.-----

----Acrescentou que no ano eleitoral em que o PS perdeu a junta de freguesia da Freiria para o PSD

instalaram o relvado da Freiria, e também não ganharam a junta de freguesia de S. Pedro da Cadeira quando instalaram o relvado.-----

----O PCP pode discordar desta política, mas esse nunca foi o propósito da Câmara Municipal, nem nos relvados nem em tudo mais que se relacione com o apoio às associações, seja nas suas sedes sociais, nos pavilhões desportivos ou na prática desportiva.-----

----Quanto aos parquímetros esclareceu que no orçamento se tem do lado da despesa €816.404,00 do lado da receita tem a comparticipação comunitária correspondente a este valor, pois se não fosse assim, Torres Vedras não teria sistema integrado de estacionamento e por isso esperaram seis anos pela aprovação da candidatura. -----

----No que respeita à referência do PCP quanto à rápida conclusão do saneamento, lembrou que têm 95% do saneamento do concelho em rede separativa que é uma percentagem invejável, em Portugal e até na Europa. O ideal é chegarem a 99%, mas a esmagadora maioria está feito. -----

----Assim, o PCP pode votar contra o orçamento mas as despesa correspondente ao Pólis e às escolas vale €12.000.000,00 quando os relvados valem €500.000,00 É injustificável votar contra quando se está a favor de €12.000.000,00 de investimento.-----

----Em resposta ao membro Luís Carlos Lopes fez notar que independentemente das expetativas a receita do IMI é fixada por lei, é a média, e consta no orçamento.-----

----No que se refere à venda de bens de investimento, que sempre disserem que era para equilíbrio orçamental e neste orçamento só consta €950.000,00 quando tinham sempre mais.-----

----Voltando à questão do Pólis, lamentou que nunca tiveram ninguém do PSD a defender a perda dos €2.500.000,00 e sempre ouviu dizer que a Câmara Municipal foi irresponsável e perderam esse valor.-----

----Nesta sequência informou que tudo indica que o Pólis torriense vai ter QREN que poderá ir até 85% sobre o valor de obra e estão criadas todas as condições para que aconteça. Existem 6 biliões euros de QREN por executar, com a condição que as obras têm que estar executadas até junho de 2015, situação que irão negociar com o empreiteiro a quem já foi adjudicada a obra.-----

----Esclareceu que as duas escolas ainda estão incluídas neste QREN, num concurso que foi aberto pela CCDR com o valor global de €30 milhões e não havia a certeza que as duas candidaturas fossem aprovadas, mas o volume de escolas a concurso é bastante inferior. Tudo indica que terão as duas candidaturas aprovadas.-----

----Por último esclareceu que na CimOeste estava a referir-se ao próximo QRER 20/20, cujos números não estão fechados, mas o valor provisório aponta para 100 milhões de euros para todas as escolas do ensino básico ao ensino superior. Deu nota que neste quadro o valor era de 200 milhões só para escolas do ensino básico e têm pressionado no sentido de o QRER ser aumentado.-----

----Relativamente às palavras do edil sobre o Pólis o *Sr. Luís Carlos Lopes* lembrou que há cerca

de três anos atrás o PSD fez uma conferência de imprensa no Choupal em que deram nota do risco de não receberem as verbas. No entanto fica contente com as notícias sobre o QREN para as escolas e também de poderem englobar outros projetos que podem ser recuperados.-----

----Disse que fazer a associação de que quem vota contra o orçamento, vota contra o Pólis e contra as escolas, é uma falácia que não faz sentido nenhum. Podem concordar com algumas rubricas, mas não concordar com o demais. -----

----Fez notar, no que se refere ao Pólis, que as culpas serão de um lado e de outro mas não será toda a administração central até porque passou por diversos governos. Têm que ser justos e houve erros e falhas dos dois lados.-----

----Por fim disse que o Grupo Municipal do PSD não se revia na totalidade do orçamento. Revêem-se no Pólis e nas escolas cujas obras esperam que sejam executadas, mas votam contra a globalidade do orçamento.-----

----O líder do Grupo Municipal do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** enfatizou quatro pontos que justificam o voto favorável desta bancada.-----

----Referiu-se concretamente à relevância do Pólis, com a expectativa que se concretize; prioridades em infraestruturas educativas; prioridades em infraestruturas desportivas, como a pista de Atletismo do Paúl e relvados, que são fatores decisivos na promoção do desporto e por fim um conjunto de dotações que todas somadas relevam muito, dando o exemplo de “material de obra para stock” com €1.530.484,00.-----

----A **Sra. Rita Sammer** questionou quanto ao facto de a Câmara Municipal não ter ainda aprovado a sua estrutura orgânica. Recorda que está a fazer um ano que discutiram esta matéria e a fundamentação remetia para o município cumprir os números de dirigentes com a alteração da estrutura dos SMAS e verificam que neste momento tal não está a ser cumprido uma vez que pode dispor de 14 dirigentes e tem 15.-----

----Argumentou-se também que o ano de 2013 seria marcado pela entrada do novo Executivo, que deveria querer aprovar a nova estrutura orgânica, mas em Junho aprovaram um conjunto de investimentos argumentando que a Câmara Municipal não pára. Tem pena que o mesmo argumento seja utilizado quando dá jeito-----

----Estranha que nada seja dito sobre esta matéria, que continuem sem a estrutura orgânica aprovada e que não estejam a cumprir com os números.-----

----Também questionou sobre o enquadramento legal da renovação de 3 comissões de serviço, duas em Agosto e uma em setembro de 2013, pois estranha que o tenham feito sem dar cumprimento à Lei 49/12 de 29.08, tanto mais quando está previsto nos SMAS 3 chefes de divisão, com a redução de 1 aquando da adequação da estrutura orgânica, e julga que a Câmara Municipal não está a cumprir.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que há o compromisso de elaborar uma nova estrutura orgânica, mas ainda só têm três meses de mandato. Têm que fazê-lo, mas é um trabalho difícil lembrando que dos diretores de departamento que existem na Câmara, dois que estão em regime de substituição, são de extrema competência e ao abrirem concurso deixam de saber com o que contar para o futuro.-----

-----Em 2014 a Assembleia Municipal vai ser confrontada com uma nova orgânica que no seu entender, nos SMAS vai ter um reflexo mais profundo do que na Câmara.-----

-----Não é verdade que não estejam a cumprir a lei até porque há lugares no quadro que não estão preenchidos. Não têm mais dirigentes em exercício de funções do que a lei permite.-----

-----A renovação das três comissões de serviço resultou da necessidade de se assegurar a funcionalidade dos serviços até ter uma nova orgânica .-----

-----A *Sra. Rita Sammer* disse não estar esclarecida, de acordo com os documentos que lhe foram entregues. Consultado o mapa de pessoal é evidente que os lugares do quadro de pessoal não estão todos preenchidos, mas existem 3 diretores de departamento, 9 chefes de divisão na Câmara Municipal e 3 chefes de divisão nos SMAS, sendo que 1 é a extinguir aquando da adequação.-----

-----Reforçou que era da competência da Assembleia Municipal aprovar até dezembro de 2012 a estrutura orgânica. Acha abusivo o tom de brincadeira com que se diz “irão fazer lá para 2014.” As explicações ao órgão deliberativo deviam ser mais sérias.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que disse que não o faria com o Executivo de 2009/2013, mas com o novo e em 2014 será feito.-----

-----Quanto aos 15 dirigentes informou que há um, cujo lugar se extinguirá assim que acabe a comissão de serviço, como a lei prevê.-----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em título.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 27 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção aprovar as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Torres Vedras para o ano de 2014, aprovando também as seguintes autorizações genéricas:-----

-----“Autorização para contratação de empréstimos de curto prazo nos termos do art.º 50 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.-----

-----Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais no decorrer do ano de 2014, nos seguintes casos:-----

-----a) Resultem de projetos ou ações constantes das grandes opções do plano;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que se propõe, só

poderá fazer-se quando, para além das condições previstas anteriormente, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----Autorização para celebrar contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.”-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, António Moreira (TL), e os Presidentes de Junta da Freiria, Pedro Miguel Bernardes e da Ponte do Rol, Hélio Gomes.-----

-----Votaram contra os membros do PSD, da CDU e o representante do CDS, tendo se absterido o Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira José Manuel Cristovão-----

-----Anota-se que o membro do PS, Celso Carvalhal Carvalho ausentou-se dos trabalhos-----

PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO RECEITA/DESPESA E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.-----

-----Presente ofício número 12905, da Câmara Municipal, de 6 de dezembro a remeter os documentos em título, conforme deliberado, por maioria, pelo Executivo em reunião realizada em 3 do mesmo mês.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que poderiam titular de orçamento de fim de ciclo, com alguma satisfação, pois se já algum tempo têm a cobertura de água em 99%, têm 97% de saneamento que em que a rede separativa representa 95% e desta 88% são tratados em ETAR.-----

-----Assim, as infraestruturas a cargo dos SMAS estão no fim do ciclo, ainda há algum saneamento por fazer e por ligar, mas a médio prazo chegarão a uma cobertura de quase 100%.-----

-----Este orçamento representa este facto, e significa que os SMAS têm trabalhado para que serem auto-suficientes.-----

-----É com satisfação que hoje vêm os SMAS com estes números e que se sustenta a ele próprio.-----

-----A *Sra. Teresa Oliveira* anunciou que o grupo municipal do PCP irá votar contra, porque está contra os aumentos do preço da água, saneamento e esgotos.-----

-----Sabem que a Águas do Oeste S.A, aumentou o preço de venda da água, e que o aumento que vai ser feito no consumidor é mais baixo, no entanto e considerando que a água é um bem essencial, não estão naquela linha do “consumidor paga”.-----

-----Referiu-se ao valor de €800.000,00 de aumento na fatura à Aguas do Oeste, que resultou do

tratamento das águas pluviais, que não está a ser feita da forma mais correta, há infiltrações e as infraestruturas não foram bem construídas sendo o erário público que está a pagar estes erros.-----

-----O **Sr. Vítor Fernandes** disse que com base nos dados da ERSAR e do INE, no ano transato os habitantes de Torres Vedras pagaram mais €131,00 pda água consumida do que em Terras do Bouro e mais €65 do que os habitantes do concelho de Lisboa.-----

-----Verificou também que 17 entidades não cobram nada pelos esgotos e autarquias como Cinfães e Castelo de Paiva cobraram menos de €5/ano.-----

-----Compreendem que os resíduos, água e saneamento deverão ser taxados, e concordam que os SMAS não podem nem devem ter prejuízo, mas não podem concordar com as taxas cobradas todos os meses na fatura da água a todos os torrienses. -----

-----Assinalou que com estas taxas Torres Vedras ocupa atualmente o 7.º lugar dos municípios que cobram mais em Portugal.-----

-----Apontou dois caminhos que podem seguir: continuar no 7.º lugar do ranking nacional ou reduzir as despesas. Em consonância com a 2.ª alternativa, o PSD defende um reajustamento dos preços que se praticam em Torres Vedras.-----

-----Entendem também que o lixo não devia ser um pretexto para se ganhar dinheiro, mas se assim quiserem, a evidente degradação da situação social e económica, que ameaça a sociedade portuguesa impõe esforço redobrado por parte dos municípios.-----

-----Defendeu que há outras formas de rentabilizar os recursos dos SMAS. Só através de medidas ousadas que asseguram qualidade de serviço prestado que potenciem a qualidade do serviço e rentabilizem os custos, é que podem definir uma política de crescimento sem prejudicar os seus concidadãos.-----

-----Exemplificou com duas medidas, referindo-se concretamente à implementação de contadores com a possibilidade de leitura remota, evitando as estimativas de consumo e contribuindo para um maior conforto e segurança dos clientes com ganhos evidentes também ao nível de custos operacionais dos SMAS e criar um plano de sensibilização das perdas de água, que permitisse ganhos eficientes significativos possibilitando que a fatura, que lhes chega a casa em Torres Vedras, baixasse em termos reais, nomeadamente no que respeita à eficiência hídrica nos espaços verdes municipais.-----

-----O representante do CDS-PP **Sr. João Pedro Gomes** também defende que os SMAS tenham resultados positivos, e não necessitem de apoio da Câmara Municipal para realizar a sua atividade, no entanto não pode concordar quando estes resultados sejam obtidos à custa do 7.º lugar da água mais cara e pela cobrança de taxa de saneamento desproporcionada. Deve haver um equilíbrio financeiro mas poderia haver outro tipo de poupança e reduzir o preço da água no concelho de Torres Vedras. Como não acredita que seja possível, irá votar contra.-----

-----A *Sra. Cláudia Ferreira* interveio para realçar o facto de se verificar uma diminuição do orçamento em termos globais, havendo um aumento de despesa corrente em cerca de 250 mil euros e uma diminuição das receitas correntes em cerca de 300 mil euros, o que leva a que, apesar desta diminuição de receita, a receita seja superior à despesa, cifrando-se a despesa nos €12. 065.000,00 e a receita nos €13. 771.000,00.-----

-----Salientou, também, o facto de ao longo dos últimos anos os SMAS terem feito um investimento sustentado quer na rede de abastecimento de água, quer na rede colectora de resíduos e no tratamento de águas. Este investimento significou custos, justificados e necessários e neste momento estão a entrar numa fase em que o esforço que se pede é de manutenção e já não tanto de construção.-----

-----Houve nos últimos anos um esforço de diminuição da despesa corrente absolutamente assinalável destacando uma diminuição de €35.000,00 em comunicações comparativamente com 2011 e diminuição de €9.000,00 em material de escritório.-----

-----Salientou que no concelho de Torres Vedras, 97 % da população encontra-se servida por rede de saneamento, continuando-se a trabalhar para atingir a plenitude do cumprimento deste desafio, e a percentagem da população com tratamento de efluentes domésticos é de 88%. Cada avanço, que possa ser feito, também o é a bem do ambiente.-----

-----Especificou que o consumo doméstico representa 73 % do consumo e dentro deste são tidas em consideração as questões intimamente relacionadas com a vocação social do abastecimento de água.-----

-----Anotou que houve reduções significativas nas tarifas familiares, para os agregados com 5 pessoas e consumos até 15m³ e para os agregados com 6, ou mais, pessoas, para igual consumo, sendo, sem margem para dúvida, um auxílio às famílias mais numerosas, e com maiores dificuldades.-----

-----A preocupação com os habitantes do concelho de Torres Vedras, não se ficou por aqui e na tarifa social, os SMAS, apesar de sofrerem um aumento de 0,8% no preço da água, por parte da Águas do Oeste S.A, não fizeram repercutir a totalidade desse aumento, limitando-se a fazer um ajuste de 0,6%.-----

-----Fez notar que talvez por todos estes motivos, a que se associa a preocupação dos SMAS em criar planos de pagamento para aqueles que se encontrem com maior dificuldade de fazer face aos seus compromissos, haja, à data, uma diminuição no valor das dívidas de consumidores.-----

-----Esta diminuição ocorreu nos domésticos, no estado e nas autarquias, havendo apenas um aumento nos não domésticos, mas mesmo assim, uma diminuição generalizada da dívida.-----

-----Frisou que os SMAS têm sabido modernizar-se no atendimento e também a nível do sistema de informação geográfica, sem com isto aumentarem custos, sendo esta gestão de assinalar.-----

-----Apesar de saber que a redução de pessoal impende de directrizes nacionais, pelo que nunca são dados com que se possam regozijar, deu nota que nos SMAS a redução do número de funcionários de 173 em 2012 para 169 em 2013, ficou a dever-se a aposentações, considerando um número normal.-----

-----Disse esperar que, esta necessidade de mostrar números e cortar por obrigação e não por ser o mais razoável ou racional, não acabe por prejudicar os serviços e os cidadãos, como já acontece em vários outros sectores, com prejuízo para todos.-----

-----Concluindo desejou que o espírito de serviço público com que os SMAS os têm vindo a habituar ao longo do tempo, sensibilizando toda a sociedade na qual estão integrados através de várias iniciativas, permaneça, apesar das exigências da austeridade.-----

-----Pedi para intervir o membro **João Bastos** para lembrar sobre a poluição das ribeiras da Conquinha e de Casalinhos, situação que já tem alertado em sessões anteriores e que se mantém inalterada questionando se está prevista alguma intervenção para resolver o problema.-----

-----Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para fazer alguns esclarecimentos:-----

-----Relativamente ao preço da água disse que ou entendem que a água deve ser subsidiada aos ricos e a pobres ou seja a Câmara paga uma parte do custo, consuma quem consumir ou não.-----

-----Fez notar que os SMAS têm sido sempre geridos com a preocupação de serem autosustentáveis e que cobrem uma taxa correspondente à despesa, que não está para além dos valores normais uma vez que é bem gerida.-----

-----O cerne da questão é que não se consegue vender barato aquilo que se compra caro.-----

-----Assim, reforçou que Torres Vedras não tem água e para a ter, tem que a comprar. E ainda se lembra de quando tiveram que negociar com a EPAL em condições nada favoráveis. -----

-----Deu nota ainda que a EPAL, ou seja o governo, vende a água em Lisboa a 0,2286 no 1.º escalão e vende ao concelho de Torres Vedras a 0,6824 ou seja três vezes mais, sendo por isso que é mais barata do que em Torres Vedras.-----

-----Lembrou que agora se fala numa tarifa única, e sabem que o preço de referência seria €3 pelo que importa referir que os SMAS cobram €2,9 ou seja Torres Vedras está no preço de referência.-----

-----Pretendem que os SMAS tenham uma gestão equilibrada, tenham uma tarifa que vá refletindo o preço da água no consumidor e que diminua a fatura aos mais precisados, lembrando que são cerca de 900 famílias que beneficiam da tarifa social, número que tem vindo a crescer.-----

-----No tocante ao aumento da faturação à Água do Oeste informou o problema não se prende com infraestruturas mal construídas, mas resultou de ter sido um ano com muita chuva que provoca infiltrações no percurso e do facto dos medidores de caudal estarem colocados à entrada e não à saída das ETARES.-----

-----Espera que até final de março consigam uma regra que permita corrigir a situação.-----

-----Esclareceu que não têm aumentos, apenas um ajustamento no 1.º escalão pois estavam a vender a água mais baixa que o preço de custo, que não faz sentido quando têm uma tarifa social com a abrangência de 900 famílias.-----

-----No que concerne à poluição nas ribeiras da Conquinha e de Casalinhos informou que não se trata de um problema de obras ou de rede separativa, mas sim de descargas incorretas que algumas indústrias fazem para estas ribeiras que carecem de fiscalização permanente da Câmara Municipal de forma a que as empresas não abusem.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** reportou-se ao quadro de pessoal dos SMAS, onde verificou que existem 3 chefes de divisão tendo o edil informado que este número, que excede o número previsto na lei, se deve à existência de uma comissão de serviço, situação que ficará regularizada quando esta se extinguir.-----

-----Lembrou que por força aplicação da lei 49/2012, de 29.08 até ao final de 2013 tinham 3 comissões de serviço terminavam que em 14.07.13 e existem duas que ainda não se extinguiram com extinção prevista para 20.08.14. A informação que o edil deu não está correta porque se neste momento há três Chefes de Divisão, uma das extintas em julho teve que ter sido renovada.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao **Sr. Sérgio Simões** que esclareceu que em 14 de Junho de 2013 cessaram 3 comissões de serviço. De acordo com a legislação aplicável à renovação das comissões de serviço dos dirigentes e como a Divisão Financeira e de Património foi uma das que subsistiram, renovaram a comissão de serviço da Chefe de Divisão Financeira e de Património.--

-----Esclareceu ainda que a comissão de serviço do Chefe de Divisão de Obras, termina em agosto de 2014, tal como a Assembleia aprovou. Mantém-se as divisões Financeira e Património e Exploração de Água e Saneamento. Por essa razão foi renovada a comissão da Chefe de Divisão Financeira e Património.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** disse que com este esclarecimento está reposta a verdade, mas não é o que consta nos documentos pois no mapa de pessoal dos SMAS não há referência a nenhuma renovação de serviço. Desta maneira, pelo menos até Agosto de 2014 o município não está a cumprir o número de dirigentes a que tem direito. -----

-----Não só não fizeram a reorganização da orgânica como criaram uma nova comissão de serviço, ultrapassando os números permitidos por lei para o município.-----

-----O **Sr. Vítor Fernandes** disse que sabem que os SMAS têm feito o seu papel, só que nos tempos que correm a pobreza instala-se diária e para que isso não aconteça e para que o município também não ajude nessa causa deu o exemplo da Povoia de Varzim que cobra no saneamento €8,25/mês/10m² enquanto que Torres Vedras cobra €15,03 e podiam baixar.-----

-----Lembra que recebem os votos dos torrienses para os ajudar, e compreendem o Sr. Presidente da Câmara mas este é o momento para mostrar, já que não foi no IMI.-----

-----Terminadas as questões, o *Sr. Presidente da Câmara* assentiu que sabem que têm no concelho pessoas com carências sendo por isso que criaram uma tarifa social.-----

-----Assim tinha que questionar, quantas Câmaras no Oeste têm tarifas sociais na água e no saneamento, e não devem ser muitas, para além de que, no Oeste, mais nenhum conselho é considerado o mais familiarmente responsável, o que indicia não só a preocupação como a ação.-----

-----Baixar água a ricos e a pobres, com o orçamento da Câmara Municipal a financiar não contem com o PS, no entanto farão todos os esforços para fazer uma tarifa social mais abrangente.-----

-----Não podem pôr todos no mesmo saco e a proposta do PSD é que seja barata para todos, independentemente da pessoa poder ou não pagar o preço justo porque o preço praticado pelos SMAS é justo em função do preço que pagam pelo seu custo e de acordo com os valores de referencia que o governo tem vindo a indicar nos últimos tempos.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, 27 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa e Mapa de Pessoal para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e autorização prévia – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento no âmbito da lei dos compromissos e pagamentos em atraso para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

-----Anota-se que votaram a favor os membros do PS, António Moreira (TL), e os Presidentes de Junta da Freiria, Pedro Miguel Bernardes e da Ponte do Rol, Hélio Gomes.-----

-----Votaram contra os membros do PSD, da CDU e o representante do CDS, tendo se abtido o Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira José Manuel Cristóvão.-----

PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09.-----

-----Presente ofício número 13035, da Câmara Municipal, de 11 de Dezembro, a remeter a 1.ª proposta de alteração ao regulamento em título, tendo presente as competências deste órgão.-----

-----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que explicou que se trata de uma alteração funcional, e refere-se ao facto do serviço de dívidas e cortes deixar de ser do serviço financeiro e passar a ser do atendimento ao público.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que consiste no seguinte: -----

-----Art.º 18.º n.º 3 alínea e) onde se lê: “Divisão Financeira e Património” deve passar a ler-se “Secção de Gestão e Apoio a Utentes”;

-----Art.º 21.º - Elimina-se o n.º 9, passando o n.º 7 a ser o anterior n.º 8, e o n.º 8 a ser o anterior n.º 9;

-----Art.º 27.º - Insere-se um n.º 4, com a redação do anterior n.º 3 e o novo n.º 3 passa a ter a seguinte redação:

-----Compete ainda à secção no âmbito do controlo da dívida e da fiscalização e suspensão do fornecimento de água:

-----a) Providenciar pelo controlo da dívida de terceiros aos SMASCMTV e instruir os respetivos processos para efeitos de cobrança coerciva;

-----b) Assegurar a suspensão do fornecimento de água subsequente à emissão e expedição do correspondente aviso;

-----c) Assegurar o fecho, restabelecimento ou reabertura de ligações de água;

-----d) Retirar, com a celeridade necessária, os contadores de água potável, nos casos de cessação do contrato de fornecimento de água, em processos de dívida;

-----e) Assegurar a fiscalização das condições da rede e respetivo contador, promovendo a elaboração das competentes participações por ilícitos contraordenacionais, quando seja detetado ilícito de mera ordenação social;

-----f) Analisar e proceder às verificações necessárias para avaliação dos excessos de consumo reclamados pelos clientes em colaboração com a secção de leituras e faturação;

-----g) Providenciar pelo tratamento das reclamações apresentadas pelos clientes, no âmbito das avarias das redes prediais e contadores.”

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.

PONTO 4 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 79.º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL:

-----Presente ofício número 12383, da Câmara Municipal de 22 de novembro, a remeter a proposta de alteração regulamentar em epígrafe, que se considera integralmente reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que se trata de uma alteração ao regulamento, para corrigir uma série de incongruências e de não provisões, ou imprecisões que foram detetadas ao longo dos anos que tem estado em vigor, no sentido de o tornar mais ágil e assim responder melhor às questões do quotidiano.

-----O *Sr. Nelson Aniceto* fez notar que o PDMTV em vigor data de 2007, e fruto de seis anos de

utilização foi elaborada esta proposta de alteração, que mereceu a aprovação da CCDR, o que desde logo confirma a adequação da proposta da Câmara à legislação em vigor. O único ponto prendeu-se com o n.º 1 do art.º 130.º e tendo sido enquadrada a posição da CCDR a proposta em apreço merece ser aprovada. -----

-----O *Sr. João Bastos* disse que em planeamento, e em concreto no PDM nunca se conseguirá fazer um regulamento que abranja todas as situações, mas um regulamento rígido só traz problemas e por vezes bloqueiam iniciativas de investimento, que trazem emprego e desenvolvimento.-----

-----Assim, quanto mais flexível, dentro dos limites que se pretende regulamentar, melhor.-----

-----A proposta em discussão, traduz-se numa melhoria do plano e numa maior flexibilidade para os pareceres técnicos e consequentemente uma maior flexibilidade permite novos investimentos para o concelho, pelo que o PSD irá votar a favor.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, aprovar, por unanimidade, a Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

-----Anota-se ainda que o membro António Moreira (TL) e João Pedro Gomes (CDS) encontravam-se ausentes na altura da votação.-----

PONTO 5 – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS AFETAR PARCELAS OU ÁREAS DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI 75/2013, DE 12/09:-----

-----Presente ofício número 12908, da Câmara Municipal de 6 de dezembro, a remeter a proposta de autorização em título atentas as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que assunto está relacionado com o ponto 6, e sem esta autorização genérica tudo o que são assunção de propriedades, terá que vir à Assembleia Municipal, o que não faz sentido. Pretende-se que seja o Executivo Camarário a deliberar sobre este assunto.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* referiu que nada têm a opor, recordando que no mandato anterior, a Câmara Municipal também apresentou um pedido de autorização genérica em moldes similares com uma profunda diferença, pois pedia para “afetar” ou “desafetar”.-----

-----Considera importante referir que assim está correto, e concorda que não faz sentido que esse tipo de processos tivessem que passar pela Assembleia Municipal, pelo que vão votar a favor.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder uma autorização genérica para a Câmara Municipal de Torres Vedras afetar parcelas ou áreas de terreno ao domínio público municipal municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de

12.09.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros e que o membro José Manuel Cristovão encontrava-se ausente.-----

PONTO 6 – DELIBERAR SOBRE A AFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09.-----

-----Presente ofício número 12907 da Câmara Municipal de 6 de dezembro, a informar que em sua reunião de 3 do mesmo mês aceitou a doação de duas parcelas de terreno, que remetem para a Assembleia a fim desta deliberar quanto à afetação das mesmas ao domínio público municipal.-----

-----O *Sr. João Bastos* questionou para que efeitos era o valor que era dado às parcelas de terreno.---

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que era para efeitos de escritura.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se iniciou a votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a afetação ao domínio público municipal das seguintes parcelas de terreno:-----

-----“1 - Processo CD/216/2007 - Flávia Marília Gomes Clímaco, parcela de terreno, situada na localidade de Vale Nogueira, Freguesia de Silveira, com a área de 90,00m² a destacar do prédio rústico participado na respetiva matriz predial sob o artigo 49 da Secção “N” da citada Freguesia, destinados a integrar o domínio público, e à qual foi atribuído o valor de € 5.00/m², perfazendo um total de € 450,00.-----

----- 2 - Processo OP/124/2013 - Luis António Nunes Gomes, parcela de terreno, situada no Casal Janeiro, Freguesia da Silveira, com a área de 105,00m² a destacar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2669 e inscrito na matriz sob o artigo 4509, da citada Freguesia, destinados ao alargamento da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5.00/m², perfazendo um total de € 525,00.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros e que o membro José Manuel Cristovão encontrava-se ausente.-----

PONTO 7 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PÓLIS – PROCESSO N.º 202/E/CP/2011, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO:-----

-----Presente ofício número 12906 da Câmara Municipal de 6 de dezembro a informar que a Assembleia Municipal, em 17.06.2011 aprovou a repartição de encargos para o concurso em causa inicialmente prevista para os anos de 2012 e 2013.-----

-----Assim e de acordo com o deliberado com o Executivo em 3.12.2013 e sendo que a empreitada

decorrerá por um período de 546 dias e cuja execução se prevê para maio de 2014, solicitam a autorização em título uma vez que a despesa ficará repartida do seguinte modo: 2013 – sem encargos, 2014 – 2.612.267,32 + IVA e 2015 – 4.385.558,33+IVA.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata da autorização para repartir a despesa, já que esta obra terá sempre dois anos civis de exercício, 2014 e 2015.-----

----Não se registaram intervenções tendo o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino submetido à votação o assunto em apreço.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual – Empreitada de Requalificação Urbana no âmbito do Programa Pólis – processo n.º 202/E/CP/2011, ficando a despesa repartida do seguinte modo: 2013 – sem encargos, 2014 – 2.612.267,32 + IVA e 2015 – 4.385.558,33+IVA.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

ADITAMENTO:-----

AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO - PROGRAMA REABILITAR PARA ARRENDAR - MAIS BOAVISTA E EQUIPAMENTOS COLETIVOS NO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS – MINUTA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO SOB A FORMA DE ABERTURA DE CRÉDITO, NO MONTANTE DE ATÉ €807,595,00, AO ABRIGO DA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ART.º 25 DA LEI 75/13 DE 12.09:-----

----Presente ofício número 13099, da Câmara Municipal, de 13 de dezembro a informar que o empréstimo a conceder pelo IHRU é num montante até €807.595,00, nas seguintes condições: montante máximo – €807.595,00 (50% do investimento) prazo total – 30 anos, data limite de utilização – 15.12.2015, período de carência – 10 anos, amortização – 20 prestações constantes, anuais e consecutivas, taxa de juro – Euribor a 3 meses + margem a definir pelo BEI + 1,70%.-----

----Informa ainda que a distribuição do empréstimo pelas áreas de investimento é a seguinte: Empreitada de Reabilitação de Blocos Habitacionais no Bairro Boavista Olheiros - Projeto Mais Boavista: €1.125.262 com Empréstimo 50% deste valor, ou seja, €562.631- Porta 5 Espaço Cultural: €373.252 com empréstimo 50% deste valor, ou seja, €186.626 e Remodelação de Instalações para a Área da Juventude: €116.677 com empréstimo de 50% deste valor, ou seja, €58.338.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que empréstimo deriva de uma contrato não cumprido pelo atual governo do PSD. Tinham um contrato celebrado com o IHRU para a reabilitação em causa, e em plena execução da obra foi-lhes comunicado que não havia dinheiro para o cumprirem.

----Mediante esta situação conseguiu-se mais tarde incluir uma parte do valor da obra num empréstimo BEI, mas no fundo estão a trocar €807.595,00 a fundo perdido por este valor a pagar em condições especiais pela autarquia, mas não deixaram de aproveitar. -----

-----Conseguiram também incluir, para além da recuperação de Boavista Olheiros obras de recuperação urbana no antigo “posto da PSP” que irá albergar serviços educativos e pedagógicos e do edifício da “Primavera” para albergar serviços de apoio ao público mais jovem.-----

-----Por último deu nota que deverá haver a hipótese de candidatar ao QREN as obras da PSP e da Casa Primavera.-----

-----A **Sra. Rita Sammer** disse que ficou longe de estar demonstrado na sessão da assembleia onde discutiram esta matéria que as culpas tivessem apenas do lado do governo, pese embora ninguém goste de não receber o dinheiro que tinha a expectativa de receber.-----

-----Tanto quanto sabe o edil não reclamou nos locais próprios, se sente que os seus direitos foram lesados enquanto Presidente da Câmara.-----

-----Solicitou um ponto de situação relativamente à obra em Boavista Olheiros porque a mesma estava praticamente concluída.-----

-----Questionou se a ideia é depois tentar colocar no QREN este programa na parte que diz respeito ao investimento da Câmara Municipal.-----

-----O **Sr. João Bernardes** em nome do Grupo Municipal do PCP, disse que estão plenamente de acordo que a Câmara Municipal tenha continuado as obras de Reabilitação de Blocos Habitacionais no Bairro Boavista Olheiros e irão votar a favor. Estão solidários com a autarquia nesta situação, pois parece-lhes existir um incumprimento governamental num contrato firmado. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que só o PSD não ficou esclarecido e reafirmou que a autarquia tinha um contrato visado pelo Tribunal de Contas.-----

----Depois assumiram um compromisso com o Presidente do IHRU para se poder ultrapassar a questão e mal seria se agora, que têm a hipótese deste empréstimo, fossem pôr o IHRU em tribunal. Isto não iliba o governo de não ter cumprido o contrato que assinou com a Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Lembrou que a autarquia só aceitou ficar com estes fogos porque já na altura havia o compromisso que iria a haver um programa para os recuperar.-----

-----Informou ainda que as obras de Boavista Olheiros estão fisicamente findas.-----

-----O que explicou no fim da sua intervenção não tem a ver com Boavista Olheiros, só tem a ver com a recuperação da PSP e Casa Primavera e caso consigam candidatar estas obras ao QREN, não utilizarão todo o empréstimo. -----

-----Relativamente ao contrato programa celebrado com o IHRU a **Sra. Rita Sammer** disse que é do conhecimento que a Câmara Municipal alterou a calendarização e não entregou as faturas quando devia. Não está a defender o governo, mas a dizer que neste processo andaram mal as duas partes.---

-----Também se congratula com o facto de a Câmara Municipal ter continuado as obras de recuperação de Boavista Olheiros, de poderem ter parte deste financiamento e com as prospetivas

quanto aos outros dois projectos.-----

----Não se registaram mais intervenções tendo o Presidente da Mesa colocado à votação o pedido de autorização em título.-----

----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos alínea f) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/13 de 12.09 autorizar a Câmara Municipal à contratação de empréstimo no montante de até €807,595,00 - Programa Reabilitar para Arrendar - Mais Boavista e Equipamentos Coletivos no Centro Histórico de Torres Vedras – minuta de contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito.-----

----Anota-se que estavam presentes 39 membros.-----

PONTO 8 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA EM CONFORMIDADE COM A ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 3.º D DO DECRETO- LEI 17/2009 DE 14.01:-----

----Presente e-mail do Sr. Vereador Carlos Bernardes de 14 de Novembro último a solicitar a eleição em título.-----

----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, informou que apenas tinha na mesa uma proposta do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve:-----

----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras designa como seu representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta o Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal Carlos Manuel dos Santos Terêncio”.-----

----Procedeu-se seguidamente à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º 3 do art.º 55 da 75/2013 de 12.09, com o seguinte resultado:-----

----Sim – 29 votos.-----

----Branco – 10 votos.-----

----Eleito para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal.-----

PONTO 9 – ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 157 DO DECRETO- LEI 201/2005 DE 24.11:-----

----Presente e-mail do Sr. Vereador Carlos Bernardes de 14 de Novembro último a solicitar a eleição em título.-----

----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, informou que apenas tinha na mesa uma proposta do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve:-----

----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras designa como seu representante no Conselho

Cinegético e Presidente da Junta de Freguesia de Turcifal, António Filipe Narciso dos Santos.”-----

-----Procedeu-se seguidamente à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º 3 do art.º 55 da 75/2013 de 12.09, com o seguinte resultado:-----

-----Sim – 29 votos.-----

-----Branco – 10 votos.-----

-----Eleito para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, António Filipe Narciso dos Santos, Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal.-----

PONTO 10 - APRECIACÃO DE UMA INFORMACÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09.-----

-----Presente informação referente à actividade do município, em setembro, outubro e novembro de 2013 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 17 de dezembro é €2.705.133,87 e o saldo de tesouraria € 1.078,789,4.-----

-----A *Sra. Susana Neves* reportando-se ao documento em apreço relevou no apoio social a abertura do Gabinete de Atendimento a Seniores, e também do Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, e a semana que se está a organizar dentro desta área. Há um foco em dois grupos alvos muito vulneráveis e na área da saúde e mais uma vez demonstram uma corresponsabilidade que a saúde pública não tem.-----

-----Referiu que gostaria que na próxima informação constasse o formato destes gabinetes no sentido de perceber quantas freguesias aderiram e o número de pessoas atendidas.-----

-----A *Sra. Teresa Oliveira* questionou a que época desportiva foi referida a última transferência de verbas para as coletividades e aludindo à informação fornecida pelo edil sobre as dívidas à autarquia por parte do Ministério de Educação, inquiriu se as verbas não forem pagas, já tem equacionado alguma solução.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que não tem presente os números mencionados pelo membro Susana Neves mas a breve trecho disponibilizará a informação.-----

-----No tocante às questões da Sra. Teresa Oliveira referente às coletividades informou que o ano de 2011/2012 foi deliberado e pago.-----

-----Quanto às dívidas estão a fazer pressão junto do Ministério de Educação, através da ANMP, uma vez que há mais municípios nas mesmas condições, para que pague aquilo que deve.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVACÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata

da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 23.00horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
